

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2016

Relatório da Administração

Senhor Acionista,
Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao exercício findo em 31.12.2016, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA
A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º Andar, CEP 70.073-901, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrente de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em dezembro de 2016, tinha 99,4% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) ao longo da vigência do contrato.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), o mercado de *leasing* vem apresentando queda tanto na quantidade de contratos quanto no montante de valor presente.

Os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do *leasing* para fomentar a produção nacional, sendo que o setor de atividade mais expressivo é o de serviços.

CARTEIRA

Em 31.12.2016, a carteira de Leasing Pessoa Jurídica totalizava 3.282 operações ativas, representando um saldo de R\$ 299,6 milhões. O Leasing Pessoa Física, por sua vez, contava com 35 operações ativas e saldo de R\$ 1,8 milhões.

A representatividade da carteira, por segmento, ficou distribuída em 43,1% para serviços, 29,6% para indústria, 26,7% para comércio e 0,6% para pessoas físicas. Em relação ao tipo de bem arrendado, veículos apresentaram participação de 54,4% e máquinas e equipamentos, 33,4%.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício de 2016, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro da Empresa no período foi de R\$ 274.108 mil. Esse desempenho deveu-se às Receitas de Intermediação Financeira, com destaque para o resultado com instrumentos financeiros derivativos, das operações com títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

No primeiro semestre de 2016 não houve exposição relevante ao risco de mercado na BB Leasing. O mapa de descasamento de indexadores da Empresa é elaborado mensalmente e reportado no Comitê Executivo de Riscos de Mercado e de Liquidez do Conglomerado BB. Adicionalmente, é importante destacar que eventuais exposições da Empresa ao risco de mercado, não relacionadas à sua estratégia, são transferidas para o BB Banco Múltiplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a ocorrência de descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Este risco assume duas formas:

- Risco de Liquidez de Mercado: é a possibilidade de perda decorrente da não liquidação de uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado; e
- Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa (*funding*): está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

O Banco do Brasil, por meio da Diretoria de Finanças (DIFIN), faz a gestão de caixa da BB Leasing.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de contrato de crédito ou de arrendamento decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As exposições referentes às operações de *leasing* são consideradas na gestão da carteira de crédito do Banco Múltiplo. As políticas de crédito, estratégias e a tolerância ao risco de crédito definidas para o BB consideram as exposições de *leasing* da entidade. Os processos, procedimentos e sistemas adotados no gerenciamento do risco de crédito do Banco Múltiplo abrangem também as operações da BB Leasing.

O saldo em operações de *leasing* totalizou R\$ 301,4 milhões em dez/2016, o que representa um decréscimo de 37,53% em relação aos últimos 12 meses.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco do Brasil.

A Unidade de Risco Operacional (URO) do Banco é responsável pela orientação à BB Leasing em questões relacionadas a gestão do risco operacional.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do ano de 2016, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		62.613.713	55.004.065
Disponibilidades	4	8	187
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	4.012.143	3.637.891
Aplicações no mercado aberto		4.012.143	3.637.891
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		58.600.114	51.359.117
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	58.600.114	51.359.117
Operações de Arrendamento Mercantil		(26.970)	(21.480)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	88.786	121.874
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(86.688)	(119.096)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(29.068)	(24.258)
Outros Créditos	8.a	26.668	26.161
Diversos		26.668	26.161
Outros Valores e Bens		1.750	2.189
Bens não de uso	9.a	915	933
(Provisão para desvalorização de bens não de uso)	9.a	(388)	(377)
Despesas antecipadas	9.b	1.223	1.633
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		346.181	684.423
Operações de Arrendamento Mercantil		(9.570)	(14.920)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	72.782	152.328
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(72.782)	(152.328)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(9.570)	(14.920)
Outros Créditos	8.a	355.520	699.072
Diversos		356.850	700.525
(Provisão para outros créditos)	8.b	(1.330)	(1.453)
Outros Valores e Bens		231	271
Despesas antecipadas	9.b	231	271
PERMANENTE		584.915	783.176
Investimentos		--	--
Outros investimentos		520	520
(Provisão para perdas)		(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	10.a	584.915	783.176
Bens arrendados		654.236	871.901
(Depreciação acumulada)	10.c	(69.321)	(88.725)
TOTAL DO ATIVO		63.544.809	56.471.664

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		294.512	300.102
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	216	291
Finame		216	291
Instrumentos Financeiros Derivativos		161	--
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	161	--
Outras Obrigações		294.135	299.811
Sociais e estatutárias	13.a	41.597	33.767
Fiscais e previdenciárias	13.b	111.866	141.131
Diversas	13.c	140.672	124.913
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		58.873.607	52.003.879
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		58.484.424	51.301.618
Recursos de debêntures	11.a	58.484.424	51.301.618
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	495	700
Finame		495	700
Outras Obrigações		388.688	701.561
Fiscais e previdenciárias	13.b	236.537	512.356
Diversas	13.c	152.151	189.205
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.376.690	4.167.683
Capital		3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	16.a	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	16.b	1.114.830	905.823
TOTAL DO PASSIVO		63.544.809	56.471.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.138.485	7.996.215	6.803.065
Operações de crédito	7.g	1.810	3.146	6.843
Operações de arrendamento mercantil	7.b	119.013	262.345	340.072
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	254.134	489.887	425.732
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	3.763.528	7.240.837	6.030.418
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.837.892)	(7.433.833)	(6.284.689)
Operações de captação no mercado	11.b	(3.735.298)	(7.182.846)	(5.993.785)
Operações de empréstimos e repasses	12.b	(6)	(14)	(29)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(85.311)	(188.266)	(255.075)
Provisões para arrendamentos/outros créditos		(17.277)	(62.707)	(35.800)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		300.593	562.382	518.376
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(2.932)	(76.678)	(40.114)
Despesas de pessoal	14.a	(1.118)	(2.142)	(1.802)
Outras despesas administrativas	14.b	(6.193)	(11.150)	(9.497)
Despesas tributárias	17.c	(15.767)	(31.209)	(28.318)
Outras receitas operacionais	14.c	61.342	72.854	13.481
Outras despesas operacionais	14.d	(41.196)	(105.031)	(13.978)
RESULTADO OPERACIONAL		297.661	485.704	478.262
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	30	29	--
Receitas não operacionais		41	41	30
Despesas não operacionais		(11)	(12)	(30)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		297.691	485.733	478.262
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.a	(122.546)	(211.625)	(118.277)
LUCRO LÍQUIDO		175.145	274.108	359.985
Número de Ações		3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)		58,38	91,37	120,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	297.691	485.733	478.262
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	26.078	176.507	196.518
Provisão para operações de arrendamento mercantil	17.251	62.598	35.422
Reforço (Reversão) de provisão para outros créditos	27	(123)	379
Depreciação de bens arrendados	74.866	166.038	208.636
Amortização de perdas	8.337	17.229	19.234
Superveniência de depreciação	(19.390)	(66.461)	(67.012)
Reforço (Reversão) de provisões cíveis e fiscais	(55.013)	(2.774)	(141)
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	323.769	662.240	674.780
Variações Patrimoniais	(3.813.547)	(7.430.508)	(6.154.184)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	1.367	680	(1.427)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	(3.763.528)	(7.240.836)	(6.030.419)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos créditos tributários	123.621	295.333	(342.213)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	266	479	(279)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.035)	(163.601)	(239.613)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(149.238)	(322.563)	459.767
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(3.489.778)	(6.768.268)	(5.479.404)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(21.245)	(66.775)	(202.714)
Alienação de imobilizado de arrendamento	43.063	85.091	88.623
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	21.818	18.316	(114.091)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Redução) em obrigação por emissão de debêntures	3.735.278	7.182.806	5.993.745
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses no país - instituições oficiais	(123)	(280)	(398)
Dividendos pagos	(24.053)	(58.502)	(112.435)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.711.102	7.124.024	5.880.912
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	243.142	374.072	287.417
Início do período	3.769.008	3.638.078	3.350.661
Fim do período	4.012.150	4.012.150	3.638.078
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	243.142	374.072	287.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2014		3.261.860	41.399	589.936	--	3.893.195
Lucro do período	16.c	--	--	--	359.985	359.985
Destinações:	16.c					
Reservas		--	17.999	256.489	(274.488)	--
Dividendos (R\$ 28.498,79 por lote de mil ações)		--	--	--	(85.497)	(85.497)
Saldos em 31.12.2015		3.261.860	59.398	846.425	--	4.167.683
Mutações do Período		--	17.999	256.489	--	274.488
Saldos em 30.06.2016		3.261.860	64.346	916.936		

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2016

Notas Explicativas

1 - A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

ABB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco G, Lote 32, 13º andar, Ed. Sede III, CEP 70073-901 – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 16.02.2017.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, visando atender recursos de curto prazo (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular n.º 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (1)	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota de 15% até 31.08.2015 e de 20% a partir de 01.09.2015, conforme Lei n.º 13.169/2015.

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O Imobilizado de Arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às taxas anuais previstas na Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31.12.1998: aeronaves – 10%, instalações – 10%, embarcações – 5% a 20%, veículos e afins – 10% a 25%, máquinas e equipamentos – 10% a 33,3%, imóveis – 4%, móveis – 4% a 10%, aceleradas em 30%, quando aplicável (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

ABB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e gerenciadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades		8	187
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾		4.012.143	3.637.891
Total		4.012.151	3.638.078

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	R\$ mil	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada		4.012.143	3.637.891
Total		4.012.143	3.637.891
Ativo circulante		4.012.143	3.637.891

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada		254.134	489.887	425.732
Total		254.134	489.887	425.732

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 31.12.2016 e 31.12.2015 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

ABB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de *Swap*, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

O valor de mercado dos derivativos foi estimado de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês.

Nas técnicas de avaliação utilizadas são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não existia relacionamento entre as partes.

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa	116.478.931	58.566.483	58.600.114	155.479.895	51.340.226	51.359.117
Contratos de opções – de compra - Pré	58.239.466	701.412	1.085.011	52.073.789	658.600	1.680.079
Contratos de opções – de venda - Pré	58.239.465	57.865.071	57.515.103	52.073.789	50.673.717	49.678.475
Contratos de swap – CDI/Pré	--	--	--	51.332.317	7.909	563
Ativo circulante	--	--	58.600.114	--	--	51.359.117
Posição passiva	58.566.483	2.040	161	--	--	--
Contratos de swap – CDI/Pré	58.566.483	2.040	161	--	--	--
Passivo circulante	58.566.483	2.040	161	--	--	--

Operações com prazo de vencimento de até 30 dias.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Mercado de opções – box duas pontas		3.761.498	7.247.154	6.042.609
Swap		2.030	(6.317)	(12.191)
Total		3.763.528	7.240.837	6.030.418

7 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	R\$ mil	31.12.2016	31.12.2015
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber		161.568	274.202
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos		161.568	274.202
Ativo circulante		88.786	121.874
Ativo realizável a longo prazo		72.782	152.328

	R\$ mil	31.12.2016	31.12.2015
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(159.470)	(271.424)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber		(159.470)	(271.424)
Ativo circulante		(86.688)	(119.096)
Ativo realizável a longo prazo		(72.782)	(152.328)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	R\$ mil	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Receitas de arrendamento mercantil		119.013	262.345	340.072
Arrendamentos financeiros		119.013	262.345	340.072
Despesas de arrendamento mercantil		(85.311)	(188.266)	(255.075)
Arrendamentos financeiros		(85.311)	(188.266)	(255.075)
Total		33.702	74.079	84.997

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	R\$ mil	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Setor privado					
Pessoa física		1.815	0,6	3.600	0,7
Pessoa jurídica		299.566	99,4	478.862	99,3
Serviços		49.743	16,5	107.061	22,2
Transportes		43.896	14,6	68.358	14,2
Automotivo		28.061	9,3	33.990	7,0
Comércio varejista		19.509	6,5	32.861	6,8
Atividades específicas da construção		19.187	6,4	27.569	5,7
Mineração e metalurgia		17.915	5,9	29.073	6,0
Agronegócio de origem animal		12.257	4,1	15.710	3,3
Eletroeletrônico		12.227	4,1	17.487	3,6
Químico		11.497	3,8	15.903	3,3
Agronegócio de origem vegetal		11.494	3,8	14.012	2,9
Petroleiro		10.088	3,3	18.542	3,9
Construção pesada		9.495	3,1	15.964	3,3
Telecomunicações		7.940	2,6	12.555	2,6
Papel e celulose		7.492	2,5	14.611	3,0
Imobiliário		7.133	2,4	8.428	1,8
Insumos agrícolas		6.408	2,1	9.707	2,0
Têxtil e confecções		6.365	2,1	8.382	1,7
Comércio atacadista e indústrias diversas		6.304	2,1	9.258	1,9
Madeireiro e moveleiro		5.788	1,9	9.045	1,9
Energia elétrica		4.693	1,6	6.736	1,4
Demais atividades		2.074	0,7	3.610	0,7
Total		301.381	100,0	482.462	100,0

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	R\$ mil
--	---------

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2016

8 – OUTROS CRÉDITOS

a) Composição			
	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Diversos			
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	17.e	335.481	687.618
Impostos e contribuições a compensar		436	436
Devedores por depósitos em garantia	20.d	45.313	36.618
Outros		2.288	2.014
Subtotal		383.518	726.686
(Provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito) ⁽¹⁾		(1.330)	(1.221)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito)		--	(232)
Total		382.188	725.233

Ativo circulante 26.668 26.161
Ativo realizável a longo prazo 355.520 699.072

(1) Trata-se de provisão para recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.277 mil (R\$ 1.168 mil em 31.12.2015) e desvalorização de incentivos fiscais – Finor, no valor de R\$ 53 mil (R\$ 53 mil em 31.12.2015).

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Saldo inicial	(1.303)	(1.453)	(1.086)
Reversão/(reforço)	(27)	123	(367)
Saldo final	(1.330)	(1.330)	(1.453)

9 – OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio			
	31.12.2016	31.12.2015	
Máquinas e equipamentos	558	559	
Veículos e afins	271	288	
Bens em regime especial	86	86	
Subtotal	915	933	
(Provisão para desvalorização de bens não de uso) ⁽¹⁾	(388)	(377)	
Total	527	556	

(1) Trata-se de provisão para desvalorização de bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

	31.12.2016	31.12.2015
Despesas de seguros ⁽¹⁾	1.183	1.592
Comissões pela colocação de debêntures	271	312
Total	1.454	1.904

Ativo circulante 1.223 1.633
Ativo realizável a longo prazo 231 271

(1) Referem-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de *leasing* e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

10 – IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento			
	31.12.2016	31.12.2015	
Arrendamento financeiro			
Bens arrendados	654.236	871.901	
Veículos e afins	305.594	420.879	
Máquinas e equipamentos	271.878	346.598	
Aeronaves	12.469	26.384	
Móveis	9.162	14.481	
Embarcações	8.516	8.485	
Imóveis	7.862	7.862	
Instalações	7.214	8.714	
Outros	30.979	37.741	
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	77.777	92.069	
Outros bens	--	1.950	
Amortização acumulada ⁽¹⁾	(46.798)	(56.278)	
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽²⁾	1.370	2.570	
Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar ⁽²⁾	(808)	(1.813)	
Superveniências de depreciações	317.816	332.225	
Depreciação acumulada	(387.137)	(420.950)	
Total	584.915	783.933	

(1) Adequação à Resolução CMN n.º 3.617/2008, de 30.09.2008, pelos valores acumulados de 01.10.2008 até 31.12.2016.
(2) Saldos reclassificados do "Diferido" para "Bens Arrendados" conforme orientação da Carta-Circular Bacen n.º 3.791/2016, de 05.12.2016, com a reclassificação nos valores de 31.12.2015 para efeito de comparabilidade.

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.e, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2016	31.12.2015
Valor presente	587.013	785.954
Credores por antecipação de valor residual	285.632	303.724
Valor presente das operações de arrendamento	301.381	482.230
(-) Valor contábil das operações	269.197	453.729
Arrendamentos a receber – recursos internos	161.568	274.202
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(159.470)	(271.424)
Valores residuais a realizar	196.419	310.055
Valores residuais a balancear	(196.419)	(310.055)
Bens arrendados ⁽¹⁾	654.236	871.901
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(387.137)	(420.950)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	317.816	332.225

(1) Inclui os saldos reclassificados do "Diferido" para "Bens Arrendados" conforme orientação da Carta-Circular Bacen n.º 3.791/2016, de 05.12.2016, com a reclassificação nos valores de 31.12.2015 para efeito de comparabilidade (Nota 10.a).

c) Depreciação Acumulada

	31.12.2016	31.12.2015
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(387.137)	(420.950)
(-) Superveniências de depreciações	317.816	332.225
(=) Depreciação acumulada	(69.321)	(88.725)

d) Outras Informações

O seguro do imobilizado de arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

O pagamento do principal e encargos ocorrerá no vencimento.

Emissão	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração	Valor Contábil	
				31.12.2016	31.12.2015
Março/2013	20.000.000	2023	100% CDI	30.615.458	26.855.398
Maio/2014	20.000.000	2024	100% CDI	27.868.966	24.446.220
Total				58.484.424	51.301.618

Passivo exigível a longo prazo 58.484.424 51.301.618

b) Despesas de Captações no Mercado

	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Remuneração – juros ⁽¹⁾	(3.735.278)	(7.182.806)	(5.993.745)
Colocação de títulos	(20)	(40)	(40)
Total	(3.735.298)	(7.182.846)	(5.993.785)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento, que deve ocorrer na data de vencimento.

12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

Programa	Taxa de Atualização	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	de 5 a 15 anos	R\$ mil	
							31.12.2016	31.12.2015
BNDES/Finame	1,50% a 8,3% a.a. ou TJLP + 2,3% a 5,5% a.a.	54	162	439	56	--	711	991
Passivo circulante							216	291
Passivo exigível a longo prazo							495	700

A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES n.º 196 – item 9.

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Despesas de obrigações por repasses – BNDES/Finame	(6)	(14)	(29)
Total	(6)	(14)	(29)

13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2016	31.12.2015
Dividendos e bonificações a pagar	41.597	33.767
Total	41.597	33.767

Passivo circulante 41.597 33.767

b) Fiscais e Previdenciárias

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para impostos e contribuições diferidos	17.d	244.376	520.123
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar		87.244	114.838
Provisão para riscos fiscais	20.b	15.554	16.745
Impostos e contribuições a recolher		1.229	1.781
Total		348.403	653.487

Passivo circulante 111.866 141.131
Passivo exigível a longo prazo 236.537 512.356

c) Diversas

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Credores por antecipação de valor residual ⁽¹⁾		285.632	303.724
Provisão para demandas cíveis	20.b	5.502	7.084
Credores diversos – país ⁽²⁾		1.307	2.901
Valores a pagar a sociedades ligadas		382	409
Total		292.823	314.118

Passivo circulante 140.672 124.913
Passivo exigível a longo prazo 152.151 189.205

(1) Valor residual garantido recebido dos arrendatários.

(2) Inclui o montante de R\$ 1.113 mil (R\$ 2.678 mil em 31.12.2015), referente a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.

14 – OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal			
	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Proventos	(658)	(1.260)	(1.033)
Encargos sociais	(326)	(635)	(539)
Honorários – Conselho Fiscal	(82)	(146)	(152)
Benefícios	(52)	(101)	(78)
Total	(1.118)	(2.142)	(1.802)

b) Outras Despesas Administrativas

	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Serviços do sistema financeiro	(4.266)	(8.280)	(7.354)
Tarifa/Comissão de fiança ⁽¹⁾	(1.286)	(1.544)	(477)
Seguros	(385)	(722)	(637)
Corretagens e emolumentos	(144)	(312)	(399)
Publicações	(46)	(116)	(80)
Emolumentos judiciais e cartorários	(10)	(40)	(86)
Liquidação da sentença judicial ou extrajudicial	--	--	(153)
Contribuição sindical patronal	--	--	(84)
Outras	(56)	(136)	(227)
Total	(6.193)	(11.150)	(9.497)

(1) Despesa reclassificada de "Outras Despesas Operacionais" para "Outras Despesas Administrativas" em setembro de 2015, conforme orientação de súmula do Bacen.

c) Outras Receitas Operacionais

	Nota	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Reversão/Baixa de provisão para passivos contingentes	20.b	59.527	69.378	10.665
De devedores por depósitos em garantia		1.763	3.282	2.556
Outras		52	194	260
Total		61.342	72.854	13.481

d) Outras Despesas Operacionais

	Nota	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Provisão para passivos contingentes	20.b	(4.515)	(66.605)	(10.523)
Despesas com acordo judicial		(35.647)	(36.107)	(841)
Atualização monetária de dividendos		(549)	(1.230)	(1.649)
BB – suporte operacional		(322)	(615)	(532)
BB – custos indiretos		(127)	(246)	(212)
Registro de contratos		(23)	(119)	(177)
Outras		(13)	(109)	(44)
Total		(41.196)	(105.031)	(13.978)

15 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Receitas não operacionais	41	41	30
Lucro na alienação de valores e bens	41	41	--
Reversão de provisão não operacional	--	--	21
Outros ganhos de capital	--	--	9
Despesas não operacionais	(11)	(12)	(30)
Desvalorização de outros valores e bens	(11)	(12)	(24)
Prejuízo em transações com valores e bens	--	--	(6)
Total	30	29	--

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 3.261.860 mil em 31.12.2016 (R\$ 3.261.860 mil em 31.12.2015) está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 4.376.690 mil (R\$ 4.167.683 mil em 31.12.2015) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.458,90 por ação (R\$ 1.389,23 por ação em 31.12.2015).

b) Reservas de Lucros

	31.12.2016	31.12.2015
Reserva legal	73.103	59.398
Reserva estatutária	1.041.727	846.425
Margem operacional	1.041.727	846.425
Total	1.114.830	905.823

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Lucro líquido do período	175.145	274.108	359.985
Reserva legal constituída no período	(8.757)	(13.705)	(17.999)
Base de cálculo	166.388	260.403</	

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2016

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2016, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente	R\$ mil
Em 2017	49.616	47.114	
Em 2018	69.602	62.018	
Em 2019	72.957	61.150	
Em 2020	59.093	46.790	
Em 2021	52.332	39.152	
Em 2022	31.355	22.360	
Em 2023	526	361	
Total de créditos tributários em 31.12.2016	335.481	278.945	

No exercício de 2016, observou-se a realização dos créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 759.074 mil, superior à respectiva projeção de utilização para o período de 2016, que consta no estudo técnico elaborado no encerramento de 2015 (R\$ 22.470 mil).

18 – PARTES RELACIONADAS

Os custos com benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Leasing foram de R\$ 146 mil (R\$ 152 mil em 31.12.2015).

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Leasing com o Controlador em 31.12.2016 e 31.12.2015 e seus respectivos resultados:

	Nota	31.12.2016	31.12.2015	R\$ mil
Ativos				
Disponibilidades	4		8	187
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	5.a	4.012.143	3.637.891	
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	58.600.114	51.359.117	
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	6.b		161	--
Recursos de debêntures	11.a	58.484.424	51.301.618	
Dividendos e bonificações a pagar	13.a	41.597	33.767	
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.c		382	409

Demonstração do Resultado

	2º Sem/2016	Exerc/2016	Exerc/2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	254.134	489.887
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	3.763.528	7.240.837
Despesas de captação no mercado	11.b	(3.735.278)	(7.182.806)
Despesas de pessoal	14.a	(1.118)	(2.142)
Tarifa/Comissão de fiança	14.b	(1.286)	(1.544)
Corretagens e emolumentos	14.b	(144)	(312)
Emolumentos judiciais e cartorários	14.b	(10)	(40)
Atualização monetária de dividendos	14.d	(549)	(1.230)
BB-suporte operacional	14.d	(322)	(615)
Outras despesas administrativas		(220)	(476)

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarce ao Banco as despesas contidas (Nota 18).

20 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Sem/2016	Exerc/2016	R\$ mil
Demandas fiscais			
Saldo inicial	16.479	16.745	16.625
Constituição	1.248	6.850	4.995
Reversão da provisão	(3.202)	(9.965)	(7.085)
Baixa por pagamento	--	--	--
Atualização monetária	1.029	1.924	1.210
Saldo final	15.554	15.554	16.745
Demandas cíveis			
Saldo inicial	59.589	7.084	6.346
Constituição	2.050	57.093	3.813
Reversão da provisão	(20.678)	(23.766)	(3.580)
Baixa por pagamento	(35.647)	(35.647)	--
Atualização monetária	188	738	505
Saldo final	5.502	5.502	7.084
Total	21.056	21.056	23.829

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	R\$ mil
Até 5 anos	8.351	4.480
De 5 a 10 anos	5.432	998
Acima de 10 anos	1.771	24
Total	15.554	5.502

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2016	31.12.2015	R\$ mil
Demandas fiscais	53.364	74.259	
Demandas cíveis ⁽¹⁾	5.656	644.702	
Total	59.020	718.961	

(1) No exercício de 2016, houve um agravamento de risco de ações cíveis com reclassificação de possível para provável e simultânea redução da estimativa de valor.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2016	31.12.2015	R\$ mil
Demandas cíveis	39.129	30.893	
Demandas fiscais	6.184	5.725	
Total	45.313	36.618	

21 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2016, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

b) Lei n.º 13.097/2015 (Conversão da MP n.º 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, alterou os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

c) Lei n.º 13.169/2015 (Conversão da MP n.º 675/2015)

A Lei n.º 13.169, de 06.10.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 675/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização de 15% para 20% para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A lei prevê, ainda, o retorno da alíquota da CSLL a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da BB Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB Leasing.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 16 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Banco do Brasil optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução 3198/2004, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entre elas a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (BB Leasing).

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente.

Os administradores da BB Leasing são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Leasing está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares. No endereço eletrônico www.bb.com.br/ti estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho. Reuniu-se com executivos do Banco das áreas que prestam serviços ao BB Leasing, tais como: controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança e governança.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, no Relatório dos auditores independentes, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2017.

Julio Cesar Costa Pinto

Conselheiro

Erivaldo Alfredo Gomes

Conselheiro

Ricardo Botelho

Presidente

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Antonio Mauricio Mauroano

DIRETOR-GERENTE

Fabiano Macanhã Fontes

CONSELHO FISCAL

Ricardo Botelho

Erivaldo Alfredo Gomes

Julio Cesar Costa Pinto

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2017

Antônio Carlos Correia

Egídio Otmar Ames

Luiz Serafim Spinola Santos